

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.712, DE 1992

Obriga as instituições financeiras oficiais a divulgarem as concessões de crédito subsidiado.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado CORIOLANO SALES

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei, oriundo do Senado Federal, vem a esta Casa, para fins de revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

O projeto impõe às instituições financeiras oficiais a divulgação de suas operações de crédito subsidiadas, bem como aquelas cujos recursos sejam provenientes do FGTS, FAT, Sudene, Sudam e congêneres. Encarrega o Conselho Monetário Nacional de definir, no prazo de noventa dias, os casos em que se configure a concessão de tais créditos, consideradas as taxas praticadas no mercado, inclusive os custos decorrentes da manutenção de saldos médios e outros, e as taxas de inflação vigentes no prazo do financiamento.

Prevê o projeto que essas instituições procedam, mensalmente, à publicação de listas dos financiamentos concedidos no Diário Oficial da União ou da respectiva entidade estatal controladora, e à afixação delas em local visível e de fácil acesso na agência concessora.

Finalmente, o projeto prevê sanções pelo descumprimento da lei, sujeitando os dirigentes da instituição à suspensão por trinta dias ou à demissão por justa causa e multa correspondente a 1% (um por cento) do valor dos financiamentos não divulgados, em caso de reincidência.

A Comissão de Finanças e Tributação desta Casa reconheceu a inexistência de qualquer incompatibilidade ou inadequação orçamentária no projeto e, no mérito, manifestou-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo, que mantém o objetivo inicial com nova redação.

Aberto prazo regimental, não houve apresentação de emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso III, alínea a, do Regimento Interno, compete a esta Comissão examinar o projeto e o Substitutivo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria neles tratada se insere na competência legislativa da União (art. 22, VII, CF), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor (art. 48, CF). A iniciativa legislativa do Senador Eduardo Suplicy foi legítima, uma vez que a matéria não está inserida no rol das que têm iniciativa privativa de algum outro Poder.

De outra parte, as proposições não ferem as demais normas constitucionais de cunho material. A disposição da obrigatoriedade de divulgação das operações das instituições financeiras que utilizem recursos públicos em financiamentos com juros subsidiados não colide com os pressupostos de sigilo e privacidade, uma vez que, em se tratando de tais recursos, sua divulgação é apenas uma das facetas do controle e fiscalização dessas operações.

Todavia, faz-se necessário ressaltar que o tratamento dado à matéria pelo Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação está mais adequado. Tem razão o relator do referido Órgão Técnico que escreveu em seu parecer: “É inconveniente a enumeração feita pelo projeto ao se referir a recursos ‘provenientes do FGTS, FAT, Sudene, Sudam e congêneres’. Além disso, a exigência não deve estar limitada às instituições financeiras ‘sob controle acionário’ do Estado, mas ter maior abrangência. A modificação da periodicidade das listas de divulgação, para que sejam trimestrais, visa a facilitar a operacionalização da providência. (...)”

Vale aqui lembrar que desde a apresentação deste projeto de lei pelo Senador Eduardo Suplicy em 1991, muitas alterações ocorreram na legislação. A própria Sudam e Sudene foram extintas em 2001 e tramita na Casa projeto de lei para recriá-las.

Quanto à técnica legislativa do projeto, seria necessária a apresentação de emenda para suprimir o art. 5º que consiste em cláusula revogatória genérica, proibida pela Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001. No entanto, como iremos optar pelo texto do Substitutivo e este, além de ter sido redigido com boa técnica legislativa, supriu também esta falha, deixamos de elaborá-la.

Isto posto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.712, de 1992, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, em 16 de abril de 2004.

Deputado CORIOLANO SALES
Relator